

Boletim Cofin

2020/07/22

(dados até 21/07/2020)

Comissão de Orçamento e Financiamento (CNS)

Elaboração

Francisco R. Funcia (CNS e USCS), Rodrigo Benevides (IPEA) e Carlos Ocke (IPEA)

Fonte: SIGABRASIL (dados até 21/07 - acesso em 22/07/2020)

Divulgação: 23/07/2020

1) Conforme Tabela 1 e Gráficos 1-A a 1-D, o Ministério da Saúde tem R\$ 39,2 bilhões de recursos para o enfrentamento do novo coronavírus, mas 33% estão parados sem uso no orçamento do Ministério da Saúde (MS).

- 1.1) Houve redução de R\$ 8,9 bilhões para R\$ 8,8 bilhões (em comparação ao Boletim da semana passada) no orçamento para Aplicação Direta do MS no combate ao Covid-19, dos quais:...
- 1.1.1) ...63,4% ainda não se transformaram em pedidos de compra de respiradores, máscaras e outros itens necessários para a população, para os trabalhadores da saúde e para equipar as unidades de saúde pelo Brasil; e
- 1.1.2) ...foram pagos somente R\$ 1,9 bilhão (ou 21,3%).
- 1.2) Houve aumento de R\$ 7,0 bilhões para R\$ 7,1 bilhões (em comparação ao Boletim da semana passada) no orçamento para transferência aos Estados/DF, dos quais, 30,6% estão parados esperando a decisão de quanto transferir para cada estado. Foram pagos somente R\$ 4,9 bilhões (valor semelhante ao do Boletim da semana passada).
- 1.3) Houve aumento de R\$ 22,6 bilhões para R\$ 22,7 bilhões (em comparação ao Boletim da semana passada) no orçamento para transferência aos Municípios para o combate ao Covid-19, dos quais 22,7% estão parados a espera da decisão de quanto transferir para cada município. Foram pagos R\$ 10,4 bilhões (cerca de R\$ 5,0 bilhões acima do valor do Boletim da semana passada).
- 1.4) As áreas dos Gráficos 1-E a 1-H, que ficam entre as curvas (linhas) da dotação autorizada e do valor empenhado, tiveram redução (em comparação ao Boletim da semana passada), sendo que continua em patamar elevado no Gráfico 1-F (Aplicação Direta do MS), evidenciando a existência de recursos parados no orçamento (sem uso) no período analisado, apesar da pequena redução verificada nesta semana (provocada não pelo aumento da execução, mas sim pela nova redução do valor alocado para essa dotação orçamentária).

2) A Tabela 2-B revela que, em termos consolidados, o nível de liquidação do conjunto das despesas do Ministério da Saúde está impactado negativamente pela baixa execução da ação 21C0 (combate ao Covid-19).

3) A Tabela 3 revela que, dos recursos para o Auxílio Emergencial de proteção social (R\$ 254,2 bilhões), 76% foram empenhados (dos quais 86% foram liquidados e pagos). O prazo de três meses para a concessão desse benefício e terminou e foi prorrogado por mais dois meses; trata-se de uma ação indispensável para garantir o cumprimento do distanciamento social por parte da população como medida de enfrentamento ao Covid-19.

4) Na Tabela 4, foram identificados recursos para o combate ao Covid-19 em outras ações orçamentárias do MS no valor de R\$ 358 milhões (R\$ 338,0 milhões para pessoal e R\$ 20,0 milhões para Contrato de Gestão com OS). Há baixa execução orçamentária ao longo do tempo para a maioria das Medidas Provisórias (recursos sem uso no orçamento desde abril/2020), principalmente de três MP's: nº 940, de 02/04/2020 (R\$ 2,2 bilhões); nº 967, de 19/05/2020 (R\$ 3,3 bilhões); e nº 979, de 04/06/2020 (R\$ 4,4 bilhões).

Boletim Cofin/CNS 2020/07/22/TABELA 1
**Ação 21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública
de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus**
**Atualizado em 22/07/2020 14:30
Dados até 21/07**
Em R\$ milhões

Fase da Despesa	Total	90 Aplicação Direta	31 Transf. Estados - fundo a fundo	41 Transf. Municí- pios - fundo a fundo	80 Transf. ao Exterior	91 Aplicação Direta - Intra- orçamen- tária	30 Transf. Estados	40 Transf. Municí- pios	50 Transf. Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos	99 - A Definir	Total como % da Dotação	Proporção
DOTAÇÃO ATUALIZADA	39.234	8.766	7.139	22.749	432	43	2	88	13	2		100,0%
EMPENHADO	26.233	3.209	4.955	17.582	432	43	0	0	12	0	66,9%	66,9% da Dot. Atualizada
A Empenhar	13.001	5.558	2.184	5.167			2	88	1	2		33,1% da Dot. Atualizada
<i>% a Empenhar</i>	33,1%	63,4%	30,6%	22,7%			100,0%	100,0%	5,5%	100,0%		
LIQUIDADO	18.473	1.983	4.860	11.163	432	22	0	0	12	0	47,1%	70,4% do Empenhado
A Liquidar	7.760	1.225	95	6.419		21						29,6% do Empenhado
<i>% a Liquidar</i>	29,6%	38,2%	1,9%	36,5%		49,0%						
PAGO	17.599	1.874	4.858	10.401	432	22	0	0	12	0	44,9%	95,3% do Liquidado
Liquidado a Pagar	874	110	2	762								4,7% do Liquidado
<i>% liquidado a pagar</i>	4,7%	5,5%	0,0%	6,8%								
EMPENHADO A PAGAR	8.634	1.335	97	7.181		21					22,0%	32,9% do Empenhado
<i>% Empenhado a Pagar</i>	32,9%	41,6%	2,0%	40,8%		49,0%						

Comentários da Tabela 1

1-O valor empenhado foi R\$ 26,233 bilhões (ou 66,9% da dotação); desse total empenhado, 18,9% foi Transferência para os Estados/DF, 67,0% foi Transferência para os Municípios e 12,4% foi Aplicação direta do MS;

1.1 - O saldo total a empenhar é de R\$ 13,001 bilhões (ou 33,1% da dotação total), sendo R\$ 5,558 bilhões referentes à Aplicação direta do MS (ou 63,4% da respectiva dotação); R\$ 2,184 bilhões referentes à Transferência a Estados/DF (ou 30,6% da respectiva dotação) e R\$ 5,167 bilhões referentes à Transferência a Municípios (ou 22,7% da respectiva dotação).

2-O valor liquidado foi R\$ 18,473 bilhões (ou 47,1% da dotação e 70,4% do total empenhado); desse total liquidado, 26,3% foi Transferência para Estados/DF, 60,4% foi Transferência para os Municípios, e 10,9% foi Aplicação direta pelo MS.

2.1 - O saldo total a liquidar é de R\$ 7,760 bilhões (ou 29,6% do valor empenhado total), sendo R\$ 1,225 bilhão referente à Aplicação direta do MS (ou 38,2% do valor empenhado na respectiva dotação), R\$ 95 milhões referentes à Transferência para Estados/DF (ou 1,9% do valor empenhado na respectiva dotação) e R\$ 6,419 bilhões referentes à Transferência para Municípios (ou 36,5% do valor empenhado na respectiva dotação).

3-O valor pago foi R\$ 17,599 bilhões (ou 44,9% da dotação e 95,3% do total liquidado); desse total pago, 27,6% foi Transferência para Estados/DF, 59,1% foi Transferência para municípios e 10,8% foi Aplicação direta pelo MS.

3.1 - O saldo total de liquidado a pagar é de R\$ 874 milhões (ou 4,7% do total liquidado), sendo R\$ 762 milhões (ou 6,8% do total liquidado na respectiva dotação) referentes à Transferência para Municípios.

4-O valor empenhado a pagar foi R\$ 8,634 bilhões (22,0% da dotação e 32,9% do total empenhado); desse total empenhado a pagar, 1,1% refere-se à Transferência para Estados/DF, 83,2% refere-se à Transferência para Municípios e 15,7% refere-se à Aplicação direta pelo MS.

GRÁFICO 1-A

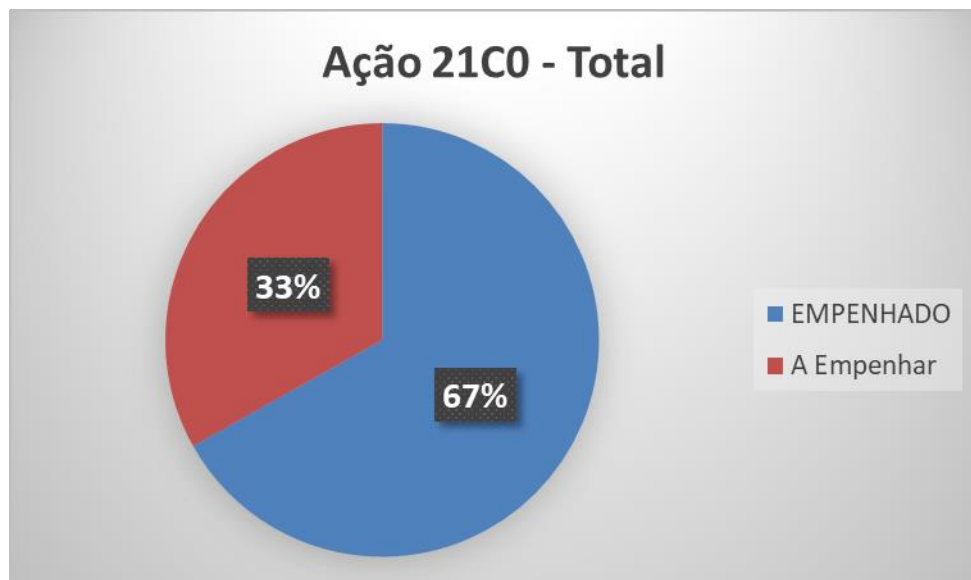


GRÁFICO 1-B

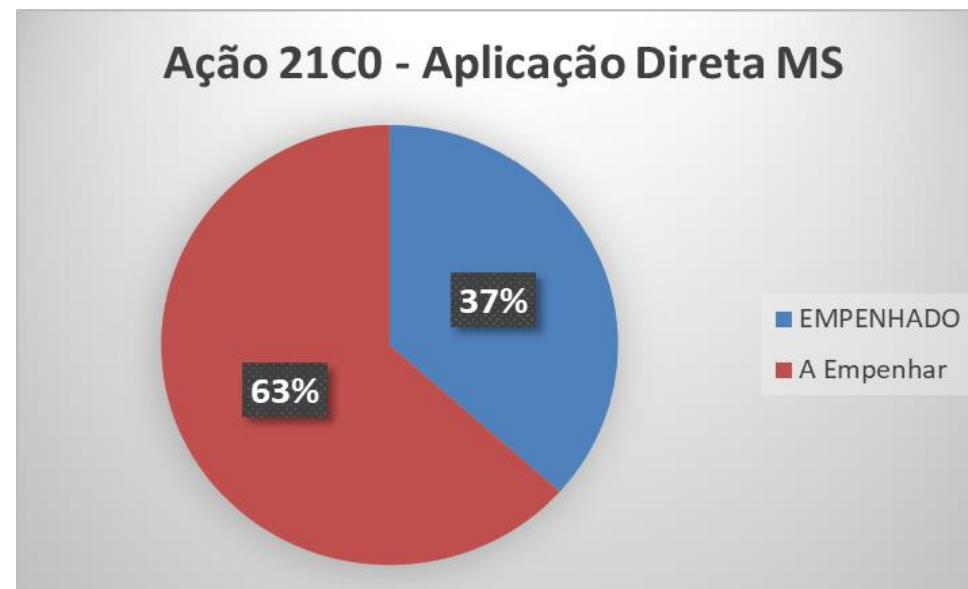


GRÁFICO 1-C

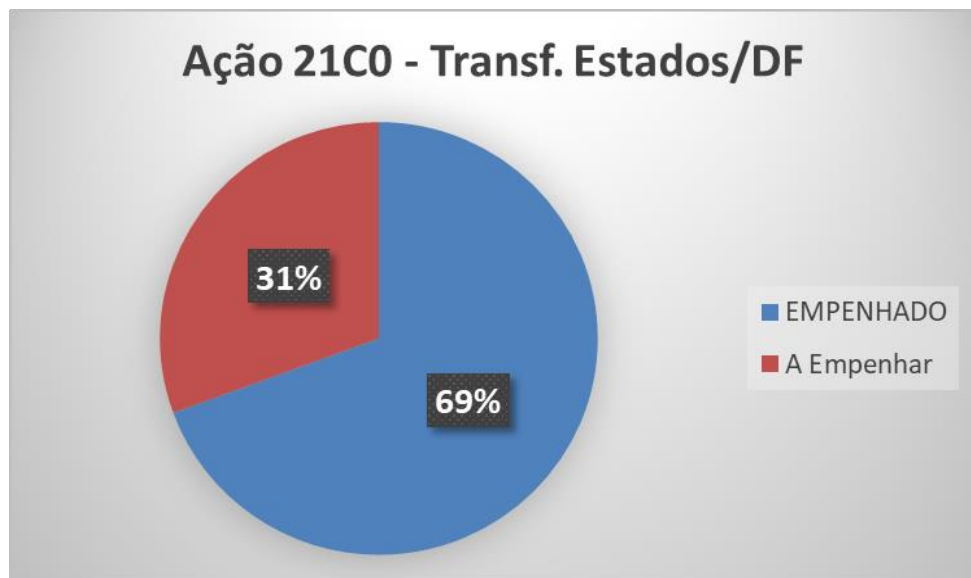
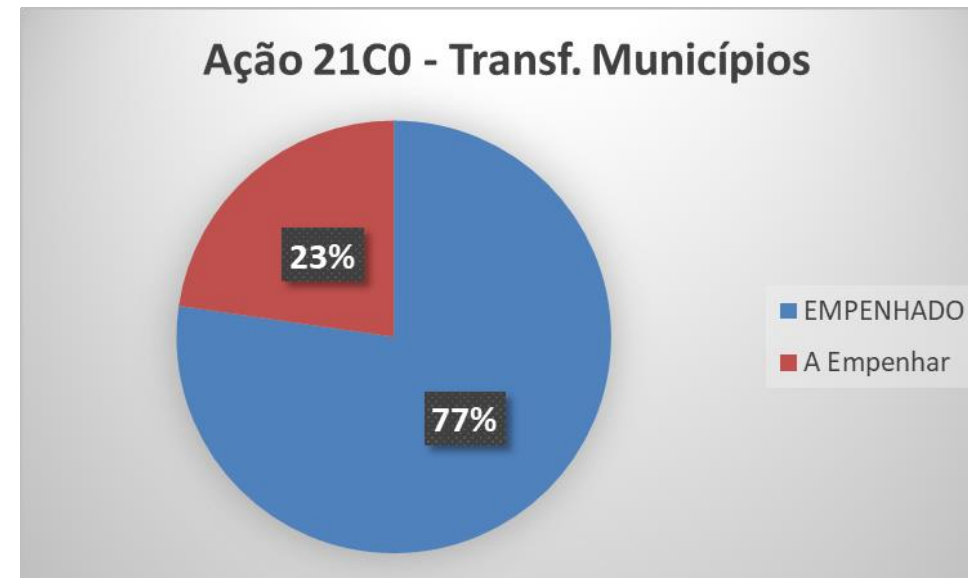
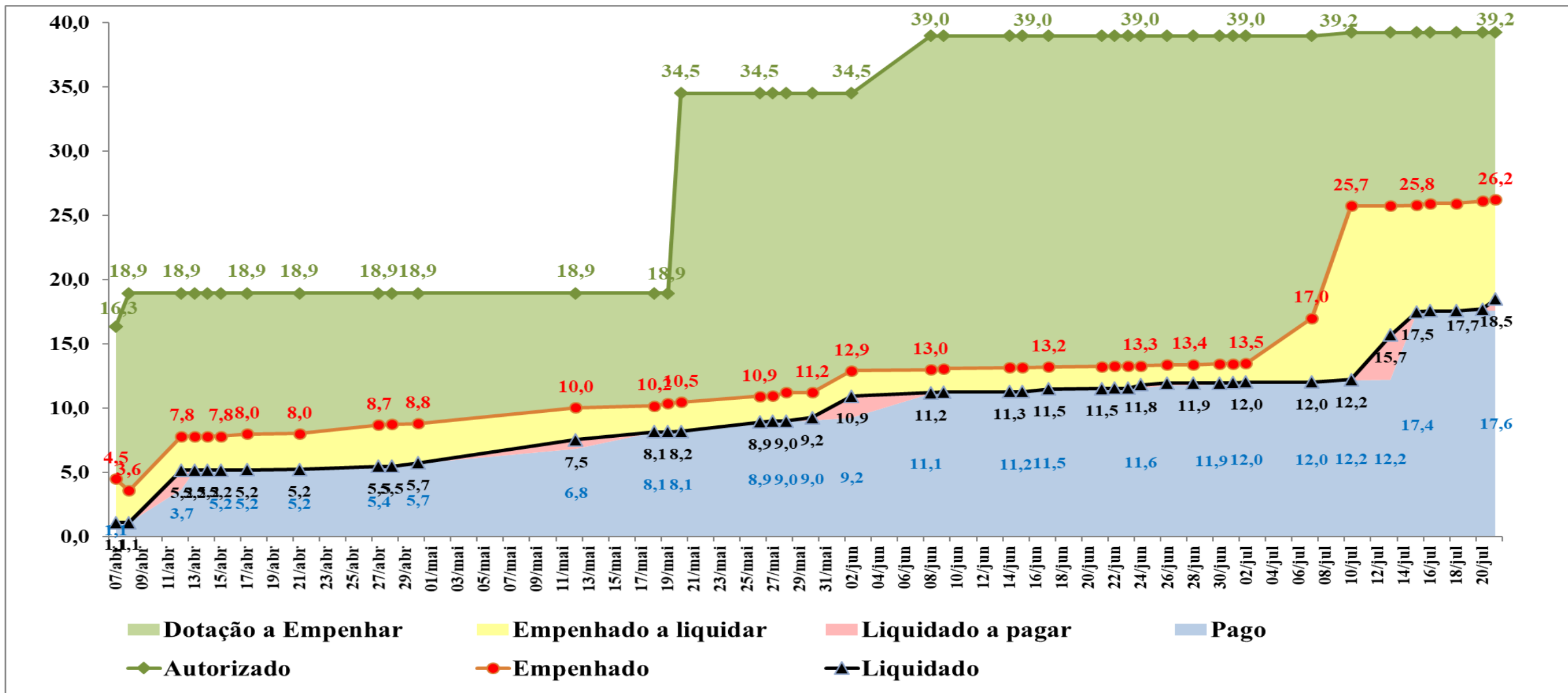


GRÁFICO 1-D



Elaboração dos autores. Fonte: Adaptado de Senado/SIGABRASIL e Tabela 1 do Boletim Cofin/CNS 2020/07/22 (dados até 21/07/2020)

Gráfico 1-E*: Ministério da Saúde - Ação 21CO - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus – *TOTAL (em R\$ bilhões)*

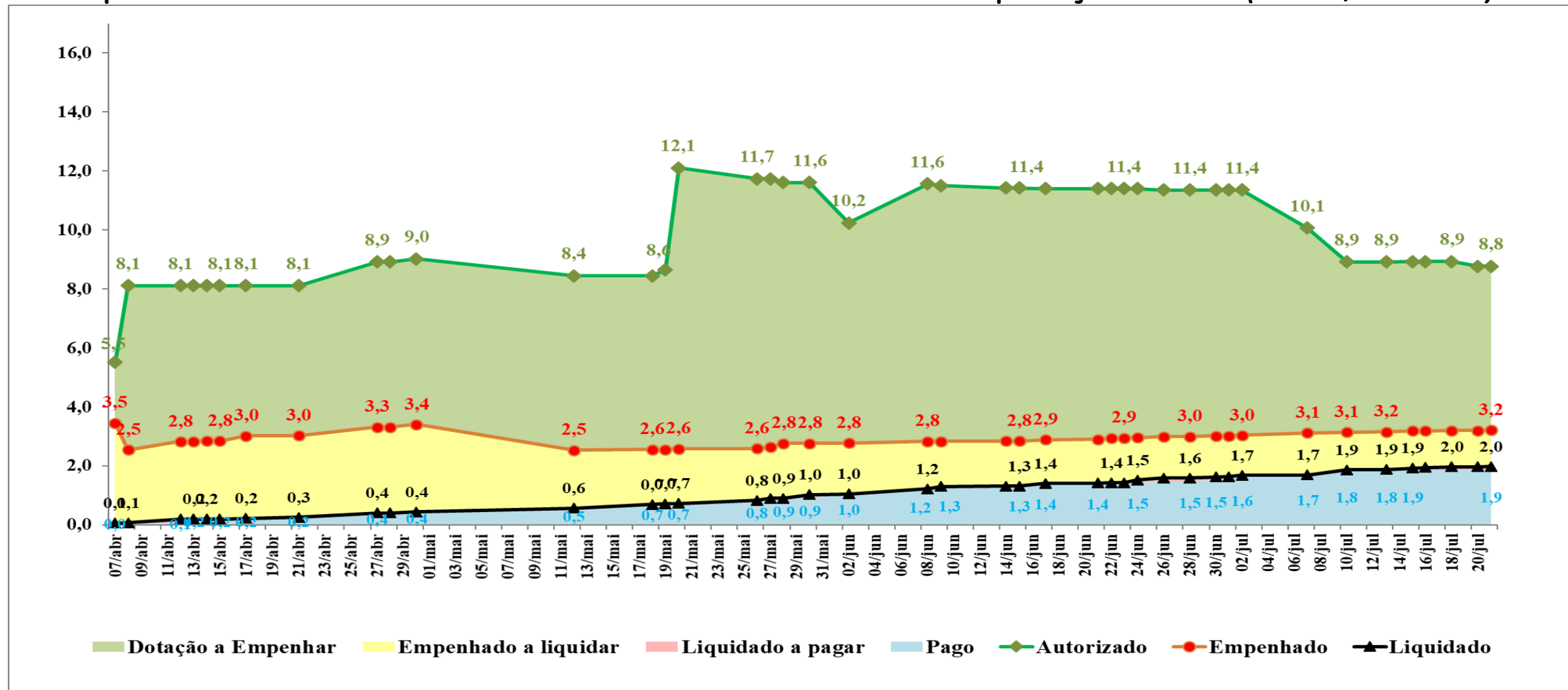


Elaboração dos autores. Fonte: Adaptado de Senado/SIGABRASIL e Tabela 1 do Boletim Cofin/CNS 2020/07/22 (dados até 21/07/2020)

Nota: (*) O gráfico não possui informações para todos os dias do período

FF-RB-CO

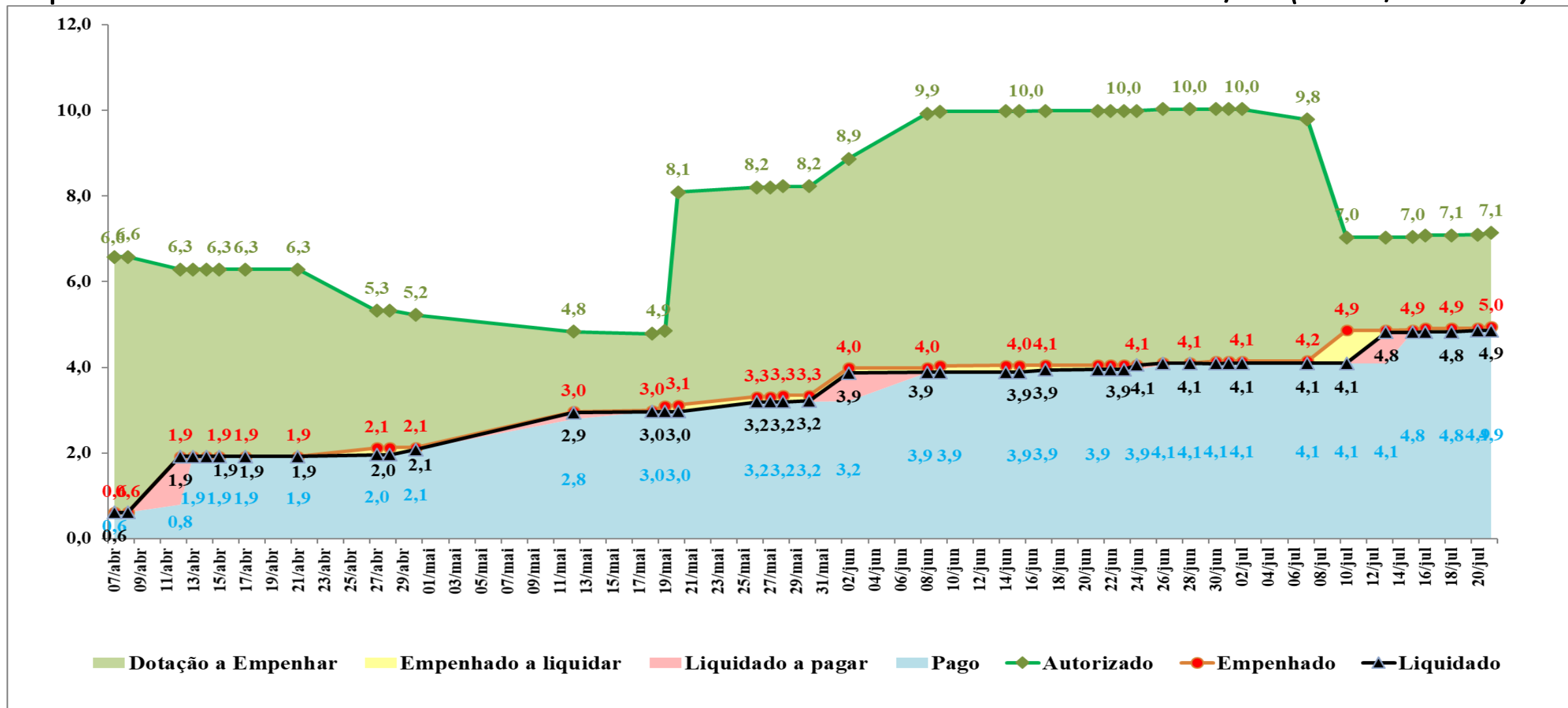
Gráfico 1-F*: Ministério da Saúde - Ação 21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus – Aplicação Direta (em R\$ bilhões)



Elaboração dos autores. Fonte: Adaptado de Senado/SIGABRASIL e Tabela 1 do Boletim Cofin/CNS 2020/07/22 (dados até 21/07/2020)

Nota: (*) O gráfico não possui informações para todos os dias do período

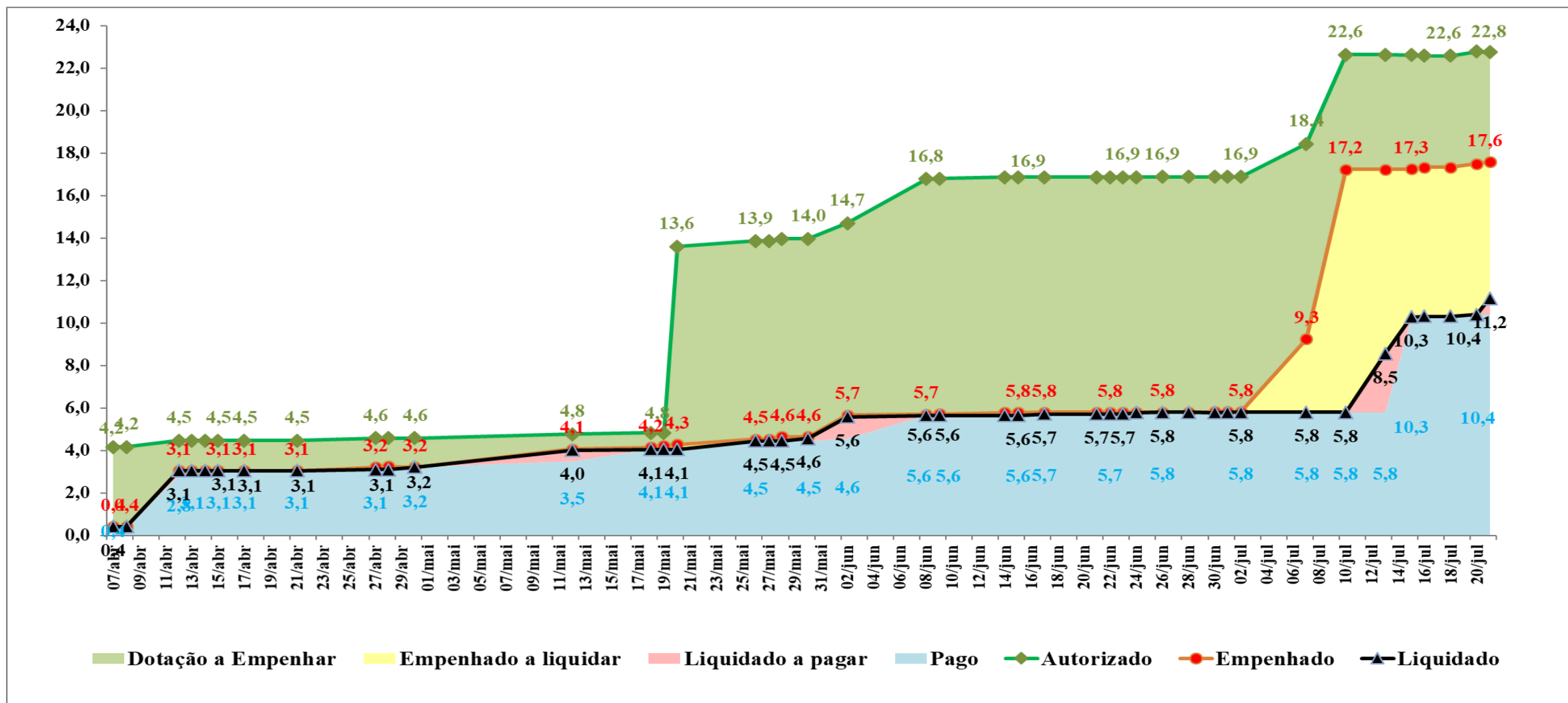
Gráfico 1-G*: Ministério da Saúde - Ação 21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus – Transferência Estados/DF (em R\$ bilhões)



Elaboração dos autores. Fonte: Adaptado de Senado/SIGABRASIL e Tabela 1 do Boletim Cofin/CNS 2020/07/22 (dados até 21/07/2020)

Nota: (*) O gráfico não possui informações para todos os dias do período

Gráfico 1-H*: Ministério da Saúde - Ação 21CO - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus – Transferência Municípios (em R\$ bilhões)



Elaboração dos autores. Fonte: Adaptado de Senado/SIGABRASIL e Tabela 1 do Boletim Cofin/CNS 2020/07/22 (dados até 21/07/2020)

Nota: (*) O gráfico não possui informações para todos os dias do período

Boletim Cofin/CNS 2020/07/22/Tabela 2A
ID Uso (Cod) 6 - ASPS
Atualizado em 22/07/2020 14:30 Dados até 21/07
Em R\$ milhões

	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Créditos Adicionais	Dotação Cancelada/Remanejada		Crédito Indisponível	Crédito Disponível	Empenhado
R\$ milhões	125.137	159.165	34.028	-6.500	Dotação Autorizada	159.165		
% da Dotação Inicial	100,0%	127,2%	27,2%	-5,2%	R\$ milhões	3.078	56.607	99.480
Ação 21C0 (R\$ milhões)	0	39.234	33.549	-5.685	% da Dotação Autorizada	1,9%	35,6%	62,5%
		100,0%	85,5%	14,5%				

Comentários Tabela 2A

1-A Dotação Autorizada do MS para ASPS está em R\$ 159,165 bilhões - houve um acréscimo de R\$ 34,028 bilhões ou de 27,2% em relação à dotação inicial da LOA, dos quais R\$ 33,549 bilhões foram destinados para a ação de 21C0 - combate à pandemia do Covid-19); ,

2-Houve um remanejamento dentro do orçamento do MS no valor de R\$ 6,500 bilhões (equivalente a 4,7% da dotação inicial do MS), dos quais R\$ 5,685 bilhões foram para a Ação 21C0; assim sendo, o valor da dotação autorizada dessa nova ação está em R\$ 39,234 bilhões, sendo R\$ 5,685 bilhões (14,5%) de recursos remanejados de outras ações do orçamento do MS e R\$ 33,549 bilhões (85,5%) de recursos adicionados ao orçamento do MS.

3-Do total da Dotação Autorizada do MS para ASPS (R\$ 159,165 bilhões), 1,9% (R\$ 3,078 bilhões) está indisponível para empenho, 35,6% (R\$ 56,607 bilhões) estão disponíveis para empenho e 62,5% (99,480 bilhões) estão empenhados.

Boletim Cofin/CNS 2020/07/22/Tabela 2B
ID Uso (Cod) 6 - ASPS
Atualizado em 22/07/2020 14:30 Dados até 21/07
Em R\$ milhões

	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado a Pagar	Nível de Empenho		Nível de Liquidação	
Total MS	159.165	99.480	78.388	76.942	22.538	62,5%	Adequado	49,2%	Regular
		100%	78,8%	77,3%	22,7%				
Total MS exceto Ação 21C0	119.931	73.246	59.915	59.343	13.903	61,1%	Adequado	50,0%	Regular
		100%	81,8%	81,0%	19,0%				

Comentários Tabela 2B

1-O valor liquidado foi R\$ 78,388 bilhões, que representou 78,8% do total empenhado; o valor pago foi R\$ 76,942 bilhões, que representou 77,3% do total empenhado; e o valor empenhado a pagar foi R\$ 22,538 bilhões, correspondeu a 22,7% do total empenhado. Excluída a Ação 21C0 (combate à pandemia do Covid-19), o total liquidado, pago e a pagar corresponderam respectivamente a 81,8%, 81,0% e 19,0%, semelhante ao verificado para o total.

2-O nível de empenho ASPS total foi 62,5% e o nível de liquidação foi 49,2%, índices classificados como adequado e regular respectivamente para o período (a partir da adaptação "pró-rata" dos parâmetros adotados pelo CNS para o 1º semestre); os níveis de empenho e liquidação das despesas ASPS após as deduções dos valores correspondentes à Ação 21C0 (combate à pandemia) foram de 61,1% (adequado) e 50% (regular) respectivamente.

**Tabela 3 - Execução orçamentária das ações relacionadas à
pandemia do Covid-19**

 Atualizado em 22/07/2020 15:05
 Dados até 21/07

Ação / Órgão	% do autorizado total	Autorizado R\$ bilhões	Empenhado		Liquidado		Pago	
			R\$ bilhões	% do Autorizado	R\$ bilhões	% do Empenhado	R\$ bilhões	% do Empenhado
Total	100,0%	440,0	357,3	81%	240,8	67%	239,9	67%
00S4 - Aux. Emerg. de proteção social a pessoas em sit. de vulnerabilidade devido	57,8%	254,2	193,0	76%	166,5	86%	166,5	86%
55000 - MINISTÉRIO DA CIDADANIA	57,8%	254,2	193,0	76%	166,5	86%	166,5	86%
21C2 - Benefício emerg de manutenção do emprego e da renda	11,7%	51,6	51,5	100%	16,5	32%	16,5	32%
25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA	11,7%	51,6	51,5	100%	16,5	32%	16,5	32%
00S5 - Concessão de financ. p/ pgto da folha salarial, devido à pandemia do Covid	7,7%	34,0	34,0	100%	17,0	50%	17,0	50%
74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	7,7%	34,0	34,0	100%	17,0	50%	17,0	50%
21C0 - Enfrent. da emerg. Saúde pública de import. internacional decorrente do co	10,2%	44,8	30,0	67%	21,3	71%	20,3	68%
8442 - Transf. de renda diret. às famílias em cond. de pobreza e extr. pobreza (Lei	7,4%	32,5	30,1	93%	7,9	26%	7,9	26%
55000 - MINISTÉRIO DA CIDADANIA	7,4%	32,5	30,1	93%	7,9	26%	7,9	26%
00S3 - Aux Financ. aos Estados, DF e Mun. p/ Compens var. nominal negativa de F	3,6%	16,0	16,0	100%	9,9	62%	9,9	62%
73000 - TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	3,6%	16,0	16,0	100%	9,9	62%	9,9	62%
0454 - Financiamento da infraestrutura turística nacional	1,1%	5,0	0,8	16%	0,4		0,4	
74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	1,1%	5,0	0,8	16%	0,4		0,4	
00NY - Transf. Rec. p/ Conta de Desenv. Energético (Lei 10.438, de 26/04/2002)	0,4%	1,8	1,8	100%	1,4	77%	1,4	77%
32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	0,4%	1,8	1,8	100%	1,4	77%	1,4	77%

Continua (detalhamento da Ação 21C0)

Continuação (detalhamento Ação 21C0)

**Tabela 3 - Execução orçamentária das ações relacionadas à
pandemia do Covid-19**

 Atualizado em 22/07/2020 15:05
Dados até 21/07

Ação / Órgão	% do autorizado total	Autorizado R\$ bilhões	Empenhado		Liquidado		Pago	
			R\$ bilhões	% do Autorizado	R\$ bilhões	% do Empenhado	R\$ bilhões	% do Empenhado
21C0 - Enfrent. da emerg. Saúde pública de import. internacional decorrente do co	10,2%	44,8	30,0	67%	21,3	71%	20,3	68%
36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE	8,9%	39,2	26,2	67%	18,5	70%	17,6	67%
55000 - MINISTÉRIO DA CIDADANIA	0,7%	3,1	2,5	80%	2,1	84%	2,1	82%
26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	0,1%	0,6	0,4	67%	0,2	48%	0,2	45%
30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	0,1%	0,6	0,2	36%	0,1	57%	0,1	57%
24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES	0,1%	0,5	0,2	37%	0,1	71%	0,1	71%
52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	0,1%	0,5	0,3	50%	0,1	41%	0,1	40%
35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	0,0%	0,1	0,1	67%	0,1	93%	0,1	93%
20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	0,0%	0,1	0,1	97%	0,0	22%	0,0	18%
81000 - MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS	0,0%	0,0	0,0	90%	0,0	81%	0,0	79%

Comentários das Tabelas 3 e 3.1

1 - Os recursos para a ação 00S4 - Aux. Emerg. de proteção social representaram 57,8% do total dos valores destinados para as diversas ações de combate ao Covid-19 (R\$ 440,0 bilhões). Dos recursos alocados para essa ação (R\$ 254,2 bilhões), 49% foram empenhados (dos quais 76% foram liquidados e pagos).

1.1 - O prazo de três meses para a concessão desse benefício terminou e foi prorrogado por mais dois meses. Trata-se de uma ação indispensável para garantir o cumprimento do distanciamento social por parte da população como medida de enfrentamento ao Covid-19.

2 - Dos recursos da ação 21C2 - Benefício emerg. de manutenção do emprego e da renda, R\$ 51,5 bilhões (ou quase 100%) foram empenhados (dos quais, 32% foram liquidados e pagos).

3- Dos recursos da ação 21C0 - Enfrentamento da emerg. Saúde pública (R\$ 44,8 bilhões), 33% estão parados na dotação e 67% foram empenhados (dos quais, 71% liquidados e 68% pagos).

3.1 - Dos recursos dessa ação orçamentária, a maior parte está alocada no Ministério da Saúde (R\$ 39,2 bilhões), sendo que 67% desse valor (R\$ 26,2 bilhões) foram empenhados (dos quais, 70% foram liquidados e 67% pagos).

3.2 - Em outros termos, o Ministério da Saúde tem cerca de R\$ 22 bilhões (ou 55% da dotação total dessa ação orçamentária no MS) para pagar em transferências financeiras para Estados/DF e Municípios e aplicação direta por meio de compras diversas para o combate ao Covid-19, conforme consta na Tabela 1.

Boletim Cofin/CNS 2020/07/15/TABELA 4
Covid-19 – Ministério da Saúde – Ações Orçamentárias com Ingresso de Recursos por Medida Provisória e Plano Orçamentário (dados até 13/07/2020)

Ação / Plano Orçamentário	Autori- zado R\$ milhões	Empenhado		Liquidado		Pago	
		R\$ milhões	% do Autori- zado	R\$ milhões	% do Autori- zado	R\$ milhões	% do Autori- zado
Total	39.592	26.572	67,1	18.478	46,7	17.604	44,5
Ação 21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus	39.234	26.233	66,9	18.473	47,1	17.599	44,9
MP01 - COVID-19 - MP nº 924, de 13 de março de 2020	4.839	4.839	100,0	2.952	61,0	2.944	60,8
CV20 - COVID-19 - MP nº 940, de 2 de abril de 2020	9.444	7.195	76,2	6.901	73,1	6.730	71,3
CV60 - COVID-19 - MP nº 941, de 2 de abril de 2020	2.049	1.691	82,5	1.624	79,3	1.624	79,3
CV30 - COVID-19 - MP nº 947, de 8 de abril de 2020	2.600	1.424	54,8	678	26,1	485	18,7
CV70 - COVID-19 - MP nº 967, de 19 de maio de 2020	5.566	2.275	40,9	2.175	39,1	2.165	38,9
CV40 - COVID-19 - MP nº 969, de 20 de maio de 2020	10.000	8.766	87,7	4.121	41,2	3.631	36,3
CV50 - COVID-19 - MP nº 976, de 4 de junho de 2020	4.469	43	1,0	22	0,5	19	0,4
0000 - ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAUDE PUBLICA	266		0,0		0,0		0,0
Ações 20TP - Ativos Cíveis da União + 212B - Benefícios aos Servidores	338	338	100,0	5	1,4	5	1,4
CV80 - COVID-19 - MP nº 970, de 25 de maio de 2020	338	338	100,0	5	1,4	5	1,4
Ação 212H - Manutenção de Contrato de Gestão com OS (Lei 9.637 de 15/05/1998)	20	0	0,0	0	0,0	0	0,0
CV50 - COVID-19 - MP nº 976, de 4 de junho de 2020	20		0,0		0,0		0,0

Comentários da Tabela 4

1 - Os recursos orçamentários para o combate ao Covid-19 pelo Ministério da Saúde totalizaram R\$ 39,6 bilhões, dos quais R\$ 39,2 bilhões na Ação 21C0 (analisada na Tabela 1).

2 - Há cerca de R\$ 2,2 bilhões (ou 23,8%) de recursos parados no orçamento referentes à MP 940, de 02/04/2020.

2.1 – A liquidação e o pagamento dessas despesas corresponderam a 73,1% e 71,3% do valor disponibilizado por essa MP.

3 - Há cerca de R\$ 1,2 bilhão (ou 45,2%) de recursos parados no orçamento referentes à MP 947, de 08/04/2020, e R\$ 3,3 bilhões (ou 59,1%) de recursos parados no orçamento referentes à MP 967, de 19/05/2020).

3.1 – A liquidação e o pagamento dessas despesas corresponderam respectivamente somente a 26,1% e 18,7% do valor disponibilizado pela MP 947 e 39,1% e 38,9% do valor disponibilizado pela MP 967 .

4 - Há R\$ 1,2 bilhão (ou 12,3%) de recursos parados no orçamento referentes à MP 969, de 20/05/2020, bem como cerca de R\$ 4,4 bilhões (99,0%) de recursos parados no orçamento referentes à MP 976, de 04/06/2020

4.1 – A liquidação e o pagamento de despesas corresponderam respectivamente a 41,2% e 36,3% do valor disponibilizado pela MP 969 e a 0,5% e 0,4% do valor disponibilizado pela MP 976.